



O impacto da Guerra das Malvinas/Falklands no pensamento da Marinha do Brasil¹

Dilceu Roberto Pivatto Junior²

Eduardo Munhoz Svartman³

A década de 1970 marca o distanciamento das relações militares do Brasil com os EUA e o incremento das visões favoráveis à busca de maiores níveis de autonomia estratégica. A Guerra das Malvinas/Falklands aumentou a preocupação da Marinha brasileira quanto ao seu desenvolvimento tecnológico, acentuando assim os debates no interior da Força sobre modernização, diversificação de fornecedores e desenvolvimento de capacidades. Neste sentido, este trabalho investiga o impacto da Guerra das Malvinas/Falklands no pensamento naval brasileiro a partir das publicações na Revista Marítima Brasileira sobre o conflito. Destaca-se três eixos para a análise: (i) identificar as percepções do posicionamento dos EUA e demais países do continente sobre o conflito, levando em consideração o TIAR; (ii) compreender a atuação e estratégia dos beligerantes; (iii) perceber as ideias produzidas pelos militares brasileiros sobre o conflito, e a importância e perfil do reaparelhamento da Marinha do Brasil. Entende-se que a Revista Marítima Brasileira é um espaço de circulação de ideias no âmbito da Marinha, aberto à sociedade, que desempenha papel importante na difusão de consensos em torno das opções estratégicas da Força e do país.

Palavras-Chave: pensamento militar; Guerra das Malvinas/Falklands; modernização naval;

Introdução

A Guerra das Malvinas/Falklands, ocorrida entre abril e junho de 1982, envolveu forças de mar, ar e terra da Argentina e do Reino Unido em um conflito armado limitado pela soberania do arquipélago. Suas repercussões, por sua vez, foram de grande magnitude para a derrocada da ditadura militar argentina e para a consolidação do governo conservador britânico. As vitórias diplomáticas de Londres na ONU (Resolução 502), na Comunidade Econômica Europeia (sanções econômicas e embargo ao fornecimento de armas à Argentina) e junto aos Estados Unidos (que abandonou a posição de mediador e apoiou o Reino Unido na guerra) puseram em questão, especialmente para o Brasil, o sistema de segurança regional alicerçado no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, na Organização dos Estados Americanos e na já criticada dependência de Washington para a obtenção de armamentos modernos. Estes fatores orientaram a neutralidade do Brasil favorável à Argentina durante a guerra (NETO, 2006) e intensificaram a diplomacia brasileira de aproximação com Buenos Aires, assim como as posteriores iniciativas de cooperação e integração na América do Sul e no Atlântico Sul (CERVO e BUENO, 2015). No plano militar, as operações envolveram mísseis anti-navio e antiaéreos, submarinos de propulsão nuclear, o confronto entre a aviação embarcada e baseada em terra, infantarias expedicionárias e esforços de mobilização e logística para enviar e manter homens e armas em um ambiente hostil e distante. O fato de a guerra ocorrer no Atlântico Sul, envolvendo país vizinho (com capacidades militares, na época, semelhantes às brasileiras) e uma potência central (cuja Marinha Real era e é referência para a Marinha do Brasil) também repercutiu nas percepções estratégicas do Brasil. O Exército Brasileiro que, à semelhança do argentino, também estivera mais envolvido com a política doméstica e a contra-insurgência do que com o preparo para um conflito convencional, acompanhou de perto o conflito e suas implicações. Segundo Campos e Alves (2012) a avaliação que o Estado

¹ A presente pesquisa conta com financiamento do CNPq.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: eduardosvartman@gmail.com



Maior fez da Guerra das Malvinas/Falklands foi importante para a adoção de inovações em guerra eletrônica, emprego de helicópteros e criação de unidades especializadas “de pronto emprego”, formadas por soldados reengajados e não por recrutas. A Marinha do Brasil também esteve atenta ao conflito. Embora um amplo programa de modernização já estivesse em curso quando da eclosão da guerra, é de se supor que a importância dos meios navais empregados na guerra tenha impactado o pensamento desta Força.

“Pensamento militar” é aqui entendido como sendo o conjunto das concepções dominantes do que sejam a guerra, a estratégia e a teoria militar (GAT, 2001) na Marinha do Brasil no período aqui abordado. Este pensamento pode ser apreendido a partir da publicação de artigos e livros pela imprensa militar especializada e dos documentos oficiais ostensivos de cunho estratégico. Embora documentos dessa natureza não revelem aspectos sigilosos das percepções e estratégias e nem sempre as políticas de fato implantadas deles decorram integralmente, eles constituem importantes balizas para a ação estatal, quando não são o próprio elemento normativo que informam a ação estatal ou que definem o desenho institucional e as funções atribuídas a determinado segmento da burocracia. No plano interno, eles costumam ser invocados para legitimar a formulação de políticas em nível ministerial e para o planejamento e organização das forças armadas; no plano externo, eles revelam aos demais países as preocupações, prioridades e orientações que constituem sua agenda de defesa, o que tende a ser levando em conta pelos países interessados para suas próprias formulações estratégicas. Por outro lado, as publicações de militares que desempenham funções intelectuais em seu meio (no sentido de difundirem concepções estratégicas determinadas) consistem em elemento importante para alimentar, fundamentar e legitimar a confecção daqueles documentos, uma vez que no Brasil, até recentemente, documentos pertinentes à defesa nacional eram produzidos majoritariamente, quando não exclusivamente, por militares.

As noções que informam as formulações estratégicas, a identificação de oportunidades e ameaças, aliados e inimigos, o desenho das políticas delas decorrentes e, por fim, o perfil das forças armadas não são apenas corolários da estrutura do sistema internacional.

Entende-se aqui, de acordo com tradição construtivista, que as formulações assumidas e as decisões tomadas partem de um quadro de percepções socialmente construídas que definem o que se entende por interesse nacional. Dessa forma,

...os interesses nacionais são construções sociais criadas (...) emergem das representações - ou, para empregar terminologia mais usual, descrições de situações e definições de problemas - através das quais agentes do estado e outros atores produzem sentido do mundo ao seu redor (WELDES, 1996: 280).

Nesse sentido, considera-se aqui que o pensamento militar brasileiro, captado nas publicações daqueles que desempenham funções intelectuais no meio militar e nos documentos oficiais, opera no processo de construção ideacional dos chamados interesses nacionais do Brasil. Ou seja, do que e quem são seus aliados e parceiros e do que esperar de seus adversários, reais ou potenciais. Essa produção ideacional informa as concepções estratégicas adotadas pela Marinha e são fundamentais para a construção de identidades e significados a respeito do papel, estrutura e doutrina desta Força.

Neste *paper*, a principal fonte para identificar como o pensamento da Marinha foi impactado pela Guerra das Malvinas/Falklands consiste nos artigos publicados na *Revista Marítima Brasileira* (RMB) entre 1982 e 1992. A RMB é um periódico especializado em assuntos navais militares publicado pela Marinha Brasileira desde 1851. Ao longo do tempo a revista passou por modificações, no período aqui abordado, publicava artigos de oficiais da Força a respeito de aspectos estratégicos, táticos e tecnológicos, análises de operações militares navais de diferentes períodos históricos, cartas e comentários de leitores.

Frequentemente, a RMB também publicava artigos ou a transcrição de discursos e



conferências do Ministro da Marinha e outras autoridades, o que lhe dava (e dá) também uma conotação de veículo oficial. Ainda assim, os artigos analisados são assinados pelos seus autores, o que, apesar das características da organização militar e do perfil da revista, confere certo espaço para a opinião e para visões em algum grau divergentes a respeito do conflito e de como a Marinha do Brasil poderia melhor se adequar às inovações militares e consequências estratégicas experimentadas na guerra. Assim, é possível compreender a Revista Marítima Brasileira como um espaço de circulação de ideias no âmbito da Marinha, também aberto à sociedade, que desempenha papel importante na difusão de consensos em torno das opções estratégicas da Força e do país. É importante salientar que os artigos publicados a respeito da Guerra das Malvinas/Falklands não tinham apenas uma motivação “científica” no sentido de investigar determinados aspectos do conflito, eles apresentavam recomendações claras de ações a serem tomadas ou evitadas no sentido de se “aprender as lições” do conflito.

Como se trata de uma primeira aproximação à questão do pensamento militar brasileiro, optou-se por um recorte de dez anos na publicação, o que permite manejar um número relativamente pequeno de artigos (14 no total) e temporalmente próximos ao conflito. As transformações tecnológicas e doutrinárias ocorridas nos anos 1990, frequentemente descritas como “Revolução nos Assuntos Militares”, tenderam a relegar conflitos convencionais como a Guerra do Yom Kipur, Malvinas e Irã-Iraque a um relativo esquecimento, o que fez o interesse dos articulistas sobre o conflito no Atlântico Sul declinar bastante desde então. Os artigos selecionados foram analisados a partir de três eixos: (i) identificar as percepções do posicionamento dos EUA e demais países do continente sobre o conflito, levando em consideração o TIAR; (ii) compreender a atuação e estratégia dos beligerantes; (iii) perceber as ideias produzidas pelos militares brasileiros sobre o conflito, e a importância e perfil do reaparelhamento da Marinha do Brasil. Pode-se argumentar que a publicação de artigos de opinião não seja o suficiente para captar o debate estratégico no interior da Marinha Brasileira nos anos 1980 ou a aderências das ideias sustentadas pelos autores à corporação. Para medir o efetivo impacto da guerra no pensamento da Força, procurou-se também confrontar as recomendações e ênfases conferidas pelos articulistas com programas e reformulações atoadas pela Marinha no período.

Para tanto, o presente *paper* está organizado da seguinte forma: esta introdução; uma seção que descreve a inserção internacional do Brasil e as características da Marinha Brasileira no período tardio da Guerra Fria, já engajada num processo de diversificação de fornecedores, modernização e busca por autonomia; uma seção dedicada à análise da produção ideacional publicada na Revista Marítima Brasileira a respeito da Guerra das Malvinas/Falklands e, por fim, as considerações finais, onde se procura também avaliar em que medida essa produção ideacional converteu-se em medidas práticas no âmbito da Marinha Brasileira.

Inserção internacional e Marinha Brasileira nas décadas de 1970 e 1980

O golpe militar de 1964 promoveu uma inflexão na política externa brasileira em favor do alinhamento com os Estados Unidos e conferiu ao anticomunismo papel central na política de defesa nacional. O primeiro governo da ditadura repudiou a chamada Política Externa Independente que até então vigorava, rompeu relações diplomáticas com Cuba e, em estreita cooperação com os EUA, participou da ocupação da República Dominicana em 1965. Com um contingente de mais de mil soldados na Força Interamericana de Paz, o Brasil assumiu o comando da força sob mandato da OEA que, de certa forma, oficializou a atitude unilateral dos Estados Unidos naquele país.



Ao longo da década de 1970, contudo, os sucessivos governos militares adotaram políticas mais pragmáticas e voltadas à busca de maiores margens de autonomia no setor externo (SILVA e SVARTMAN, 2014). Neste novo realinhamento, a política externa foi concebida para “suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma, na medida do possível” (CERVO e BUENO, 2015). A economia mais diversificada, que se industrializava e se expandia rapidamente, demandava novos mercados, tecnologias, insumos e parcerias. Num cenário internacional mais complexo, marcado por desafios como o choque do petróleo e oportunidades como a *détente* da Guerra Fria e a descolonização da África portuguesa, o Brasil redesenhava sua presença nos foros multilaterais e suas relações bilaterais de modo a projetar-se internacionalmente de forma mais autônoma e comprometida com um projeto industrializante.

Quando da eclosão da guerra das Malvinas/Falklands, a ditadura brasileira, que administrava um processo de transição para a democracia controlado pelos militares, estava em rota de aproximação com a Argentina como parte de sua estratégia de diversificação de mercados, eliminação de contenciosos e de concertação política no chamado “diálogo Norte-Sul”. Ao mesmo tempo, o regime enfrentava crescente oposição interna e a crise de seu modelo econômico, marcada pelo segundo choque do petróleo, contração do financiamento externo, inflação e decréscimo do PIB.

O anticomunismo era elemento central do regime e mobilizava recursos e pessoal nas três Forças e nas polícias por todo o país. No entanto, o preparo para uma guerra convencional (e não, ou não apenas, de contrainsurgência) nunca desaparecera por completo para os militares brasileiros, o que alimentava a demanda por sistemas de armas modernos. O padrão de aquisição até então vigente se dava através dos programas de transferência de armamentos estadunidenses nos termos da cooperação militar da Guerra Fria e eventuais compras de ocasião, o que tornou progressivamente frustrante para o regime que, além de competir pela primazia militar na região, pretendia que sua maior inserção internacional econômica e política também tivesse amparo militar. Os EUA, engajados externamente e cindidos internamente no Vietnã, limitaram a ajuda militar da América Latina à contra-insurgência e, ao longo dos anos 1970 e 1980, restringiram a venda de sistemas modernos à região. A política estadunidense de não-proliferação nuclear também colidiu com os programas brasileiros de pesquisa e de desenvolvimento neste setor e as posteriores críticas às violações de direitos humanos cometidas pela ditadura brasileira contribuíram para o fim das relações militares especiais entre os dois países (SVARTMAN, 2011).

A combinação destes elementos reforçou a diversificação de parceiras estratégicas e impulsionou a produção doméstica de capacidades militares. Neste contexto, a recusa norte-americana em fornecer caças supersônicos fez com que o Brasil adquirisse aeronaves da França. Em 1969 era fundada a Embraer, que teve entre suas primeiras encomendas os jatos de treinamento Xavante, fabricados sob licença da italiana Aermacchi para formar os futuros pilotos de caça brasileiros. Em 1970 o Brasil assinou um amplo acordo com o Reino Unido para adquirir seis modernas fragatas (classe Niterói), duas delas construídas no Rio de Janeiro, uma versão modificada para navio de treinamento, também construído localmente e três submarinos diesel-elétricos. O impacto deste acordo se fez sentir na formação de quadros da Marinha e no abandono do modelo que dependia de material, obsoleto, fornecido pelos EUA (MARTINS FILHO, 2010). Além disso, implicou numa mudança estratégica importante, uma vez que a Marinha do Brasil deixava de ser apenas uma força subsidiária da norte-americana, especializada em guerra submarina, e se capacitava para a guerra de superfície e a operar mísseis anti-navio e sistemas de tiro computadorizados (FLORES, 1972). O programa de reaparelhamento da Marinha estava em



sintonia com a redefinição do Atlântico Sul como espaço estratégico para o Brasil, expresso no início da exploração de petróleo no mar em 1969 e no decreto que em 1970 expandia o mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas náuticas.

A maior redefinição se deu, por sua vez, no setor nuclear. Em 1974, em meio ao choque do petróleo e ao teste nuclear indiano, os EUA suspenderam o fornecimento de urânio enriquecido, que alimentava os reatores de pesquisa brasileiros adquiridos junto ao programa Átomos para a Paz, o que acelerou as negociações nessa área com a República Federal Alemã para o estabelecimento de um amplo acordo que previa a construção de usinas nucleares no Brasil e transferência de tecnologia. Conforme Corrêa (2010), entre 1976 e 1978 a presidência da república passou a considerar a ideia do programa nuclear brasileiro abrigar também o desenvolvimento de um submarino nuclear. A proposta encontrou ressonância na Marinha e em outros setores estatais diante da percepção de que “um submarino de propulsão nuclear lançaria o Brasil numa nova era de transformações científicas e tecnológicas e transformaria o *status* do Brasil no sistema internacional” (CORRÊA, 2010: 56). No entanto, o programa enfrentou oposição de setores da sociedade brasileira e dos Estados Unidos, o que levou o governo a conduzi-lo secretamente de forma clandestina.

O conflito no Atlântico Sul ocorreu, portanto, em um momento delicado para o Brasil, no qual o regime pretendia avançar o projeto autonomista e industrializante em meio a um ambiente adverso e de baixa legitimidade, uma vez que se tratava ainda de uma ditadura. A guerra entre um vizinho e uma potência central e suas implicações, não poderiam passar despercebidas pela Marinha Brasileira.

As “lições” da guerra das Malvinas

Antes de abordar o conteúdo dos artigos publicados na Revista Marítima Brasileira, é importante salientar que todos os articulistas eram oficiais da Marinha do Brasil, dois deles almirantes, e que, embora alguns textos tenham feito considerações às dimensões políticas e diplomáticas do conflito, as abordagens focaram prioritariamente seus aspectos táticos e estratégicos; além disso, os autores evitavam tomar partido de qualquer dos beligerantes. As fontes empregadas nas análises, por sua vez, eram predominantemente britânicas, assim como o as narrativas, que seguiam basicamente as ações do país vitorioso. Quanto a isso, pode-se ponderar que seja frequente nos estudos instrumentais sobre campanhas militares, que buscam extrair “lições” da guerra, dar mais ênfase aos “acertos” do vencedor do que aos “erros” do perdedor. Além disso, os britânicos desde cedo disponibilizaram relatos e documentos sobre a guerra ao passo que os argentinos só deram publicidade ao “Informe Rattnebach” (minucioso relatório da comissão criada ainda em 1982 sobre o conflito) em 2012.

Alianças, dependência e autonomia

Para os militares brasileiros que publicaram na RMB, a Guerra das Malvinas/Falklands consistiu num importante observatório a respeito da conveniência, ou não, dos sistemas de alianças em vigor e dos problemas decorrentes da dependência de fornecedores externos de material de defesa. De forma geral, os artigos assinalam a importância, para o Reino Unido, de pertencer a OTAN, o que teria contribuído para obter as vitórias diplomáticas junto a ONU, CEE e o apoio estadunidense (após o período em que Washington procurou mediar o conflito). Porém, de acordo com a análise de Armando Vidigal, o Reino Unido vinha reestruturando suas forças armadas de modo a operar sempre em conjunto com os demais



membros da aliança e, em especial, sob a cobertura dos grandes porta-aviões estadunidenses, o que justificaria o programado descomissionamento de seus dois únicos porta-aviões. O fato de ter tido que conduzir a guerra no Atlântico Sul sem o apoio direto das forças da OTAN teria apontado o risco de se diminuir a “flexibilidade estratégica” de uma força naval. O posicionamento dos EUA em favor do Reino Unido e o embargo europeu imposto à Argentina reforçaram, por sua vez, as disposições em curso em favor da produção doméstica de armamentos no Brasil. Diferentes artigos da RMB assinalaram que os níveis de dependência de importação de armamentos e munições por parte da Argentina acabaram limitando as suas capacidades logísticas e operacionais. Portanto, o Brasil deveria orientar o desenvolvimento do poder naval, através de uma modernização menos dependente da importação de materiais de outros países. A guerra revelaria que a obtenção de novos e modernos sistemas de armas não poderia ser restrita à simples aquisição no mercado internacional: deveria passar por um processo de nacionalização do poder militar brasileiro, e a capacidade deste de responder as ameaças e riscos de similares conflitos (FLORES, 1982, p. 70).

No mar

Uma vez que a Marinha Brasileira estivesse dando seus primeiros passos no desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear, o emprego deste tipo de arma no conflito foi avaliado pelos articulistas da RMB como decisivo em favor dos ingleses. Segundo uma das análises, o poder naval britânico confinou os navios da Armada Argentina à orla costeira e seus portos, a partir do torpedeamento do Cruzador *General Belgrano*, feito pelo submarino de propulsão nuclear *Conqueror*. Após o episódio, o porta-aviões argentino *25 de Mayo* voltou para a sua base, transferindo seus aviões para as bases localizadas no sul da Argentina. Essa decisão decorreria do fato de que a Marinha argentina ser incapaz de enfrentar os submarinos britânicos de propulsão nuclear (VIDIGAL, 1984, p. 11-18). Conforme Mário César Flores (1982), o conflito permitiu perceber que as marinhas “dividir-se-ão em dois grupos: o das que dispõem de submarinos [de propulsão nuclear] e os das decididamente secundárias, por não possuí-los”. A conduta estratégica e operativa do Reino Unido teria sido rápida e intensiva, não apenas por conta da prontidão de sua frota de superfície e da sua capacidade de mobilização, mas, em especial, pela autonomia e rapidez dos submarinos nucleares, capazes de forçar a retração naval da Argentina, negando o uso do mar à mesma. A negação do uso do mar resultou no isolamento das guarnições argentinas nas ilhas, dificultando toda ação voltada para o desembarque de novas tropas, armamentos, munição e medicamentos (FLORES, 1982, p. 62s). Assim, os submarinos de propulsão nuclear teriam sido decisivos para o resultado final do conflito, servindo para o “desbalanço” de poder em qualquer confronto no mar, compensando, inclusive, a capacidade de projeção de força dos porta-aviões ao transforma-los em alvos. O autor assinalou que a modernização da Marinha do Brasil não poderia prescindir da produção autônoma de submarinos similares aos dos Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França.

O emprego de mísseis variados, de instrumentos de guerra eletrônica e suas consequências para a conduta da guerra foi uma novidade seguida com atenção pelos articulistas da Marinha do Brasil. O desempenho dos mísseis anti-navio de fabricação francesa Exocet, responsáveis pelo afundamento de um *destroyer* e um porta-aviões (improvisado) britânicos, foi percebido como a prova em combate dessas novas tecnologias. Conforme Armando Vidigal (1985a, p. 27) os seguintes elementos da guerra eletrônica transformariam a forma de se pensar a guerra no mar:



[A] introdução de armas com sistemas precisos de guiagem, o que veio tirar a ênfase do volume de fogo para a precisão; (...) o desenvolvimento da eletrônica nas áreas de detecção, localização, defesa e comando e controle; [e] a gradual, mas contínua, diminuição da importância dada à couraça, à compartimentação e à redundância de sistemas no projeto dos navios.

A atuação da aviação de ataque argentina, seja com mísseis anti-navio, seja com bombas, mostrou os limites da capacidade de defesa antiaérea e de resiliência dos navios britânicos: duas fragatas, um contratorpedeiro e dois navios de desembarque britânicos foram destruídos ou severamente danificados pelos bombardeios argentinos. Na avaliação de Vidigal (1985a) as forças navais de superfície deveriam ter um sistema de defesa aérea (abrangendo aviões de combate, mísseis superfície-ar de diferentes alcances e canhões) perfeitamente integrado e capaz de enfrentar um inimigo dotado de modernas armas como mísseis ar-superfície e bombas inteligentes. A construção naval, também, deveria ser revista conforme as novas necessidades de sobrevivência dos navios após serem atacados, não devendo ser utilizados: (i) materiais de baixo ponto de fusão; e (ii) materiais inadequados para o isolamento de cabos elétricos, como PVC e espuma de borracha, que ao queimarem expeliam fumaça tóxica, como os empregados pelos britânicos. Estas observações são de particular relevância por que naquele momento os navios mais modernos da Marinha do Brasil eram justamente as fragatas de construção inglesa, recentemente comissionadas. O desenvolvimento de técnicas de guerra eletrônica, segundo Silveira (1983, p. 44), deveria ser considerado uma prioridade da Marinha Brasileira, havendo a necessidade de pesquisas voltadas para a produção de radares mais sofisticados. Outro aspecto importante a ser destacado seria a criação de *softwares* mais eficazes, uma vez que os mesmos não estariam à venda no mercado de armas – devido a uma imposição estratégica de limitação das capacidades militares aos demais Estados que não tivessem essa tecnologia de reconhecimento eletrônico.

Se os submarinos nucleares teriam sido importantes para o estabelecimento do domínio do mar (e o isolamento das forças em terra), os porta-aviões, ou navios aeródromos, continuariam sendo importantes, uma vez que garantiriam o domínio do ar e a projeção de poder sobre terra e mar. Tanto Fernando Silveira (1983) quanto Vidigal (1985b) sustentaram a importância de esquadras nucleadas em torno dos porta-aviões, uma vez que suas aeronaves poderiam ser empregadas para alerta antecipado, proteção de linhas logísticas, interceptação e apoio aéreo à operações anfíbias com maior alcance e flexibilidade que a aviação baseada em terra. Sua proteção, contudo, dependeria da disponibilidade de submarinos nucleares, o que, somado às limitações do porta-aviões argentino, tornou essa plataforma do país vencido particularmente vulnerável. Observou-se que os caças britânicos embarcados em seus porta-aviões eram dotados de mísseis ar-ar capazes de impor severas baixas à aviação argentina baseada em terra. Assim, o conflito das Falklands/Malvinas reafirmaria a importância dos navios-aeródromo, o que teria induzido os britânicos a suspender a venda do *Invincible* e a baixa do *Hermes*, de forma a manter três navios-aeródromo, dois em condições operativas e um em reparos (VIDIGAL, 1985b, p. 07s). A capacidade dos navios aeródromos de acomodar helicópteros de grande porte e caças de decolagem vertical, mesmo em plataformas improvisadas, como o cargueiro *Atlantic Conveyor*, foi entendida pelos articulistas como fundamental para que os britânicos desembarcassem as tropas de infantaria necessárias para a retomada das ilhas.

Em terra

As operações de desembarque foram elemento de destaque no conflito, tanto na tomada das ilhas pelos argentinos quanto na retomada britânica. Porém, o objeto de interesse dos artigos



da RMB recaiu basicamente sobre as operações conduzidas pela Royal Navy. A força anfíbia britânica contou com um corpo de fuzileiros, um número imprescindível de navios de desembarque (de tropas e veículos) e, sobretudo, apoio de navios, helicópteros, aviação naval e marinha mercante em condições de potencializar a constituição de uma força de vulto (MARTINS, 1984, p. 47s). Destacou-se o emprego de helicópteros nas operações de reconhecimento e de desembarque, assim como a capacidade britânica de iniciar a operação durante a noite, uma vez que a aviação de ataque argentina não tinha condições de operar à noite. Para Umberto Martins (1984), o conflito nas Malvinas/Falklands enseja a recomendação de que a Marinha do Brasil deveria ter um núcleo permanente como base para toda a sua força anfíbia: composta por navios que conseguissem exercer as funções de comando e controle, capacidade de doca para transportar embarcações de desembarque pesadas, possibilidade de operar num número adequado de helicópteros de transporte e sobretudo uma força de desembarque organizada, equipada e adestrada para efetuar assalto anfíbios. Mais do que isso, sugere o desenvolvimento de uma doutrina para a força anfíbia brasileira.

Os combates em terra mostraram duas concepções distintas de força armada. A Argentina ocupou o arquipélago com um numeroso contingente de soldados cuja maioria era de recrutas detentores apenas do treinamento básico proveniente do serviço militar obrigatório. As forças britânicas, por sua vez, eram compostas de voluntários que escolheram a profissão das armas. Essa diferença foi particularmente importante porque o contingente britânico, em posição ofensiva, era numericamente inferior ao argentino, que estava em posição defensiva. O que contrariava os manuais de tática que recomendavam que as forças ofensivas fossem três vezes mais numerosas que as defensivas. Embora se tenha dado ênfase a tópicos como armamento, equipamentos e as tecnologias neles embutidas (SILVEIRA, 1983, p. 48-51), nas análises da RMB, essa diferença organizacional não foi ignorada, de modo que, para Vidigal (1985a, p. 27), uma das lições do conflito era a necessidade do Brasil desenvolver pessoal altamente especializado e preparado para a realização de operações especiais. Ainda assim, nenhum dos textos analisados propôs a substituição do serviço militar obrigatório em favor do modelo de forças profissionais no Brasil.

Mobilização e logística

A literatura especializada frequentemente salienta a capacidade de o Reino Unido despachar rapidamente uma força armada para retomar as ilhas e manter uma linha de suprimentos por ar e mar que se estendia por milhares de quilômetros entre o Atlântico Norte e o Sul. Essa capacidade era formada tanto pelo grau de disponibilidade e prontidão das forças armadas britânicas quanto pela possibilidade de mobilizar recursos da marinha mercante, estaleiros, portos e demais sistemas logísticos civis. A mobilização foi um ponto que chamou a atenção dos articulistas da RMB.

Nesse âmbito, Martins (1984) postulava que o uso da marinha mercante, por parte dos britânicos, servira como um instrumento de apoio. Isso seria possível devido a grande e alta capacidade de mobilização e adaptação dos navios mercantes pela indústria inglesa. A utilização de navios mercantes transformados potencializara as capacidades de ação da Royal Navy, a exemplo das modificações feitas nos transatlânticos *Canberra* e *Uganda*, que receberam conveses de voo, do navio de containers *Atlantic Conveyor*, convertido em navio-aeródromo e de vários outros navios menores foram requisitados e adaptados para exercer funções auxiliares no esforço de guerra (FAYAD, 1986, p. 114).



Vários artigos pesquisados destacam que a rápida mobilização do Reino Unido contou com uma importante infraestrutura apoiada em indústrias e tecnologias nacionais, que fizeram com que a disponibilidade de materiais não dependesse de fornecedores externos, limitação esta enfrentada pela Argentina. Essas avaliações destacam que a marinha mercante brasileira (com os seus navios de diversos tipos e relativamente jovens) teria perfeitamente a possibilidade de adaptar e capacitar a sua utilização para possíveis ameaças e conflitos. E recomendam que se desenhem instrumentos de planejamento e mobilização à semelhança daqueles empregados pelos britânicos na guerra das Malvinas/Falklands.

Considerações finais

A busca por maiores níveis autonomia na produção de armamentos e sistemas permanece até hoje como um componente importante do pensamento e da estratégia da Marinha do Brasil. Conforme referido anteriormente, a Marinha já atuava nesse sentido ao construir em seu arsenal duas das seis fragatas adquiridas do Reino Unido na década de 1970. A percepção das dificuldades argentinas diante do embargo imposto pelos maiores fornecedores de armamentos do país (Estados Unidos e Europa Ocidental) identificadas nos artigos analisados está em sintonia com a criação da EMGEPRON ainda em 1982. Conforme a Mensagem ao Congresso nacional de 1983, tratava-se de empresa pública vinculada ao Ministério da Marinha (atualmente Defesa) destinada a gerir programas que permitissem ampliar a nacionalização do material empregado pela Força. Em 1984 a Marinha iniciou o programa de desenvolvimento e produção nacional de corvetas (classe Inhaúma) e fechou acordo com a República Federal Alemã para a aquisição de um submarino diesel-elétrico e para a produção licenciada de mais três da mesma classe (Tupi). A envergadura destes programas sofreu com as restrições orçamentárias decorrentes da crise dos anos 1980 e com a retração dos investimentos públicos nos anos 1990. No entanto, apesar dos atrasos e redimensionamentos, os programas foram concluídos e a Marinha ainda opera estes navios.

A história do submarino de propulsão nuclear, cujo desenvolvimento era defendido pelos autores abordados, difere daquela dos navios convencionais. O desafio de desenvolver um submarino nuclear envolve uma forte dimensão política, uma vez que nenhuma potência detentora dessa tecnologia estava disposta a cooperar. Pelo contrário, os regimes de regulação do emprego da energia nuclear e de não proliferação de armas nucleares que estavam em construção desde o final dos anos 1960 eram bastante restritivos nesse sentido. Daí o caráter secreto do programa da Marinha, uma vez que os acordos de cooperação que o Brasil tinha com os EUA e com a Alemanha vedavam qualquer iniciativa de caráter militar. Além da dimensão política, o desafio tecnológico e de engenharia não é nada modesto. O programa secreto focou no desenvolvimento de duas tecnologias prévias à construção do submarino propriamente dito: o processo de enriquecimento de urânio necessário à produção do combustível nuclear e o desenvolvimento do reator para ser alojado no submarino. O programa sofreu com problemas de financiamento tanto no regime militar quanto após a democratização, além disso, padecia também de falta de consenso na própria Marinha, havendo setores contrários ao deslocamento de significativos recursos de custeio e operação da frota para o projeto, o que alimentava conflitos no interior da Força (MARTINS FILHO, 2011).

Depois de um longo período de latência, o projeto tomou nova envergadura em 2007, quando passou a ser descrito como prioritário. No ano seguinte, o Brasil assinou acordo com a França para a construção de novos submarinos diesel-elétricos e o casco do futuro submarino de propulsão nuclear. A publicação da Estratégia Nacional de Defesa em 2008



parece revelar que, depois de quatro décadas, a Marinha tenha consolidado seu pensamento a respeito da conveniência do Brasil deter submarinos de propulsão nuclear. A ênfase dada pelos articulistas da RMB ao papel desempenhado pelo submarino nuclear britânico na Guerra das Malvinas/Falklands parece ter impactado somente à longo prazo no pensamento da Força; contudo, a pertinência dos setores que mantiveram o complexo projeto em curso nos períodos de sub-financiamento e os sucessos alcançados no enriquecimento de urânio mostram o quão consolidada essa ideia estava entre seus defensores.

Desde o final da II Guerra a Marinha Brasileira buscou incorporar um porta-aviões como elemento vertebrador de sua esquadra. A falta de apoio dos Estados Unidos compeliu o Brasil a adquirir o veterano HMS *Veagnace* em 1956, que passou por modernizações na Holanda e foi entregue somente em 1960 rebatizado de *Minas Gerais*. Suas dimensões e capacidades não comportavam a operação de jatos e seu emprego estava em sintonia com a doutrina predominante na Marinha que priorizava ações anti-submarino. Quando da guerra das Malvinas/Falklands este ainda era o cenário Brasileiro, somente em 1998 que a Marinha incorporou aviões de ataque e interceptação à jato, mas baseados em terra. Finalmente, em 2000, a MB passou a operar um novo porta-aviões adquirido da França (o ex-*Foch*) e passou a ter capacidade de embarcar seus jatos. O país teve que aguardar a virada do século para que a nau capitânia de sua esquadra superasse o paradigma de guerra anti-submarino que o programa de aquisição de fragatas de 1970 tinha iniciado e fosse capaz de realizar a projeção de poder defendida pelos articulistas da RMB.

Com relação ao tópico mobilização e emprego da marinha mercante no suporte logístico, parece que as “lições” extraídas da guerra foram convertidas em medidas concretas. Em 1984 foi publicado o Decreto n. 89331 que instituiu a Política Marítima Nacional, que tinha por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades marítimas do país, de forma integrada e harmônica, além de sintonizada com as políticas de desenvolvimento e de segurança. Deveria articular, portanto, diferentes ministérios. Dentre suas múltiplas ações previstas, destinava-se a

Planejar a mobilização marítima em tempo de paz, inclusive estabelecendo normas a serem cumpridas para a construção de navios mercantes selecionados, adequando-os a uma rápida transformação para emprego militar.

A implementação e efetividade dessa política ainda está para ser investigada. Contudo, a retração da indústria naval brasileira nos anos 1990 sugere que, ao menos no que diz respeito à ação acima referida, pouco tenha se concretizado.

A guerra das Malvinas/Falklands não produziu uma mudança substantiva no pensamento da Marinha do Brasil, a análise aqui apresentada permite afirmar que seu impacto se deu no sentido de reforçar opções estratégicas já em curso. Em primeiro lugar, mesmo num cenário de crise econômica e restrições orçamentárias, consolidou-se a ideia de buscar maiores níveis de autonomia e produção doméstica dos meios de força a ser empregados. O desenvolvimento de navios e o domínio de tecnologias como a nuclear e de mísseis, paulatinamente, também parece ter se consolidado como alternativa às restrições internacionais e riscos trazidos pela “excessiva” dependência de fornecedores externos. É importante notar que a busca por autonomia não implicou em autarquia, uma vez que o recurso a compras de ocasião e a acordos de cooperação tem sido frequentes desde então. Por fim a reforma do setor de logística e da legislação de mobilização talvez tenha sido a mudança organizacional mais imediatamente impactada pela guerra.

Bibliografia

_____. *Conflito no Atlântico Sul*. In: Revista Marítima Brasileira. Janeiro/Março de 1985a, pg. 03-30.



- _____. *Conflito no Atlântico Sul*. In: Revista Marítima Brasileira. Abril/Junho de 1985b, pg. 07-35.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *A Guerra das Malvinas: conjecturas e considerações estratégicas*. In: Revista Marítima Brasileira. 4º trimestre de 1988, pg. 47- 60.
- CAMPOS, Márcio e ALVES, Vágner. *A Guerra das Falklands / Malvinas e o Exército Brasileiro*. *Tensões Mundiais*, v. 8, p. 257-278, 2012.
- DOMINGOS NETO, Manuel (Org.). *O militar e a ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.
- FAYAD, Roberto Agnese. *A mobilização do Reino Unido no conflito das Malvinas*. In: Revista Marítima Brasileira. 2º trimestre de 1986, pg. 111-124.
- FLORES, Mario Cesar (Org.). *Panorama do poder marítimo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1972.
- FLORES, Mário César. *Malvinas: uma primeira abordagem*. In: Revista Marítima Brasileira. Abril/Junho de 1982, pg. 59-70.
- FRUTUOSO, Régis Augusto Maia. *O apoio de saúde naval britânico na campanha das Malvinas*. In: Revista Marítima Brasileira. 3º trimestre de 1987, pg. 93-103.
- GAT, Azar. *A History of Military Thought: From the Enlightenment to the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- LAMARCK, Paulo de Tarso. *A função logística saúde no conflito das Malvinas – Argentina e Reino Unido, lições úteis para o Brasil*. In: Revista Marítima Brasileira. 3º trimestre de 1987, pg. 83-92.
- LIMA, Roberto Luiz Fontenelle. *Malvinas/Falklands – dez anos: derrota militar e vitória estratégica?* In: Revista Marítima Brasileira. 4º trimestre de 1992, pg. 147-160.
- MARTINS, Umberto Barbosa Lima. *A Guerra das Malvinas: um ponto de vista anfíbio*. In: Revista Marítima Brasileira. Outubro/Dezembro de 1984, p. 47-62.
- NETO, T. E. *A Política Externa Brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 189. 2006.
- SILVEIRA, Fernando Malburg da. *Defesa aeroespacial de forças navais*. In: Revista Marítima Brasileira. Outubro/Dezembro de 1983, pg. 37-52.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *A política externa do governo Figueiredo: continuidade em meio às crises*. In: André Reis da Silva; Eduardo Munhoz Svartman. (Org.). *A política externa do regime militar brasileiro, 1964-1985*. Curitiba: Juruá, 2014, v. 1, p. 167-198.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Brazil-United States Military Relations during the Cold War: Political Dynamic and Arms Transfers*. *Brazilian Political Science Review*, v. 5, p. 96-122, 2011.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Conflito no Atlântico Sul*. In: Revista Marítima Brasileira. Outubro/Dezembro de 1984, pg. 03-29